

CASOS DE PEDOFILIA NA IGREJA: RETIRANDO ALGUNS VÉUS¹

Ênio Brito Pinto

A questão da pedofilia é uma das mais importantes no mundo católico de hoje. Ela, propriamente, não é nova, ou seja, a pedofilia não aumentou, mas aumentaram a percepção dela e a aversão a ela, o que é um fato positivo. Esse artigo tem a finalidade de, a partir do referencial da psicologia, auxiliar na compreensão da pedofilia e no combate a seus danos; seguirá o caminho de discutir e retirar alguns véus que têm sido colocados sobre o assunto ao longo do tempo, para que os debates sobre e as ações contra esse comportamento possam se tornar cada vez mais efetivos. Como a pedofilia é um desvio na vivência e na compreensão da sexualidade, começarei discutindo como deve ser entendida a sexualidade humana, apontando algumas de suas peculiaridades mais importantes do ponto de vista psicológico; depois, discutirei o que caracteriza um abuso sexual e como a pedofilia se encaixa nesse construto, para buscar descrever e compreender, ainda que sumariamente, a posição da vítima e do abusador; comentarei a participação de padres no papel de abusadores e as atitudes da Igreja e da sociedade com relação a eles; finalizarei propondo algumas possíveis ações que podem ser tomadas com relação às vítimas e aos abusadores.

Para muitas pessoas, o abuso sexual se dá através de uma relação sexual ou manipulação genital, o que é apenas parcialmente verdadeiro: há muitos abusos sexuais que não têm qualquer relação com a genitalidade, mas atingem pontos centrais da identidade das pessoas vitimadas, lesando especialmente a capacidade de confiar, matriz da possibilidade de se ter esperanças na vida. Imagino que a percepção do abuso sexual como ligado estritamente à área genital se baseie numa certa confusão, bastante comum, entre sexo e sexualidade. Tendo isso em vista, começo essa conversa definindo, ainda que sucintamente, o que é sexualidade, para que, mais adiante, possamos caracterizar e compreender mais corretamente o abuso sexual.

A sexualidade humana

A sexualidade vai além do sexo e o inclui. Para a psicologia, a palavra “sexo” diz respeito ao sexo de nascimento (macho ou fêmea), ao ato sexual (fazer sexo) e aos órgãos sexuais. A sexualidade é isso: o sexo, e muito mais – erotismo; sedução; masculinidade e feminilidade; hétero, homo ou bissexualidade; grande parte da consciência corporal; identidade sexual; namoro

¹ Publicado na Revista “Vida Pastoral”, novembro-dezembro de 2010, ano 51, nº 275, p. 32-37.
<http://vidapastoral.com.br/artigos/etica-crista/casos-de-pedofilia-na-igreja-retirando-alguns-veus/>

e casamento; além de ser meio de expressão de grande parte dos afetos e dos contatos humanos. Enfim, a sexualidade é essa enorme e complexa rede de significados e de concretudes que envolve o fato de sermos seres sexuais, simbólicos e culturais. Em função disso, a sexualidade é fundamental no estabelecimento da identidade e da autoestima de cada pessoa, constituindo-se, assim, zona sensível para a maneira como cada pessoa vive, se vê e vê o mundo.

Por ser assim tão complexa e tão fundamental, por ser assim tão sensível, é que a sexualidade exige cuidados desde muito cedo na vida de uma pessoa. Um desses cuidados, por exemplo, é a escolha do nome que se dará ao filho que nasce: esse nome terá conteúdos referentes à sexualidade, quer dizer, há nomes que são apropriados para homens, há nomes que são apropriados para mulheres, são pouquíssimos os nomes que servem para os dois sexos. Há inúmeros outros exemplos que poderíamos levantar para caracterizar ainda mais a importância da sexualidade na vida das pessoas, mas deixo a busca desses exemplos como um pequeno exercício para quem me lê: olhe curiosamente para você e para as outras pessoas, e se pergunte quantos e quais cuidados você tem que apresentam relação estreita com a sexualidade.

Esses cuidados aparecem desde a mais tenra infância e terão influência sobre todas as outras áreas da existência: uma ofensa à sexualidade se torna uma ofensa ao ser, tal a centralidade da sexualidade na relação de cada pessoa consigo e com os outros. Por isso o tema do abuso sexual, especialmente na infância e na juventude, é tão grave. Na verdade, deveríamos chamar esses atos de abusos contra a sexualidade, para deixar ainda mais claro que as consequências desses atos vão para muito além do sexo, afetando a própria existência.

Ao se estudar a psicologia da sexualidade, há que se partir de uma constatação óbvia: a sexualidade humana está para muito além do natural, sendo mais marcada pela cultura que pela natureza. A sexualidade humana, por sua plasticidade e variabilidade, por seus componentes simbólicos, por sua configuração cultural, está para além da instintividade, constituindo-se muito mais como fruto da reflexão e resultado do vivido e da educação. O comportamento sexual instintivo é próprio de cada espécie, mas para nós humanos ele vem sofrendo adaptações culturais de tal monta que não é possível mais dizer qual seria o comportamento sexual das pessoas se pudessem voltar ao tempo do puro instinto. Símbolos, regras culturais, vestimentas, cosméticos, adornos, são alguns dos tantos elementos artificiais que o ser humano foi criando e que acabaram por proporcionar uma ampliação no conceito de sexo humano, daí a necessidade de falarmos da sexualidade humana.

Essa sexualidade pode ter comportamentos desviantes quanto à natureza e/ou à norma cultural, mas não necessariamente patológicos. Dizendo de uma outra maneira: cada cultura tem

uma determinação sobre o que é normal ou desejável em termos de comportamento sexual, e toda cultura aceita variações quanto a essas normas, desde que discretas e não lesivas para a cultura ou para os envolvidos; além disso, as normas culturais não são perenes nem imutáveis, de modo que mudam no correr do tempo, como aconteceu, por exemplo, com a questão do divórcio: se hoje no Brasil temos até a pastoral dos divorciados na igreja católica, alguma décadas atrás uma mulher separada era impedida até de visitar as casas de família amigas.

O abuso quanto à sexualidade

Por causa dessa complexidade da sexualidade humana, delimitar o que seria sadio ou patológico não é, na maioria das vezes, tarefa simples. Dadas as limitações deste artigo, não vou me ater a essa questão – vou ficar aqui com a definição mais básica e simples, aquela que diz que é inadequado ou patológico o comportamento sexual que é, no mais das vezes, preferencial, repetitivo e compulsivo, que comumente provoca ansiedade e/ou culpa e/ou ódio, que não é legitimamente consentido por uma das partes envolvidas. Como consentimento ilegítimo entenderei aqui aquele consentimento obtido de pessoas que não têm discernimento ou maturidade para avaliar adequadamente a situação, como, por exemplo, crianças e deficientes mentais.

A pedofilia é um comportamento doentio que traz prejuízos sérios e importantes a suas vítimas e também aos abusadores, pois acabam todos, vítimas e abusadores, adoecidos. A pedofilia é, portanto, um tipo de abuso sexual.

Há alguns elementos que se usam para caracterizar a pedofilia como um abuso sexual: tratam-se de comportamentos que tenham a finalidade de excitar sexualmente uma criança ou de obter excitação sexual através do contato com uma criança. Tais comportamentos se dão com o propósito de atender aos desejos e às necessidades do abusador. Esses comportamentos são praticados por um abusador com mais de 16 anos e que seja pelo menos cinco anos mais velho que a criança sua vítima (*cf* DSM-IV). Esses comportamentos podem ter dois tipos de caminhos: a) com uso de violência e ou coação física ou psicológica; b) com uso de sedução para conseguir a anuência da criança.

Como bem afirma Pires Filho (2009), “os abusos sexuais acontecem independentemente de classe social, nível socioeconômico, raça, etnia e religião. Crianças são envolvidas no abuso sexual na cidade e na zona rural. A maioria dos agressores sexuais é heterossexual e tem relações sexuais com adultos.”

Os abusadores pedófilos geralmente são pessoas que têm, além de uma fachada de respeitabilidade, uma boa participação social. Na maior parte das vezes, são pessoas próximas da criança; com mais frequência ainda, pessoas da própria família da criança. Pais, padrastos, irmãos, tios, primos, amigos da família, estão no rol dos abusadores, com predominância daqueles que estão, no dia-a-dia, mais próximos da criança. Dentre os amigos da família, quer dizer, dentre aquelas pessoas que desfrutam da confiança, às vezes irrestrita, da família estão os padres; e entre os padres há abusadores, como todo mundo já sabe. Quero tecer alguns comentários a respeito disso.

Os padres abusadores

Nesses muitos anos de trabalho como psicoterapeuta, tenho entre as pessoas de vida consagrada uma parte importante de meus clientes. É com base em muitos estudos e discussões com colegas, além da minha experiência com essa clientela e com a problemática da sexualidade, pedofilia incluída, que desenvolverei as considerações que seguem.

Quero começar por três coisas importantes e que acabaram por se constituir verdadeiros mitos quando se discute a pedofilia e sua relação com o clero. A primeira questão diz respeito à prevalência: não há mais pedófilos entre o clero que entre a população em geral. Como afirma Silva (2008), citando trabalho de Sperry, “as estimativas mais confiáveis indicam que menos de 2% dos sacerdotes têm tido sexo com menores pré-púberes. Na pesquisa de Loftus & Camargo, esse diagnóstico representou 2,7%”.

O segundo mito tem relação direta com esse primeiro: se não há mesmo uma prevalência maior de pedófilos entre o clero, então não há também qualquer conexão direta entre o celibato e a pedofilia, como gostariam de acreditar alguns. Tivesse, de maneira geral, o celibato alguma relação com a pedofilia, deveríamos encontrar entre os celibatários um número maior de pedófilos, o que não ocorre.

O terceiro mito é uma possível relação entre o comportamento pedofílico e a homossexualidade. Embora houvesse, no princípio dos estudos sobre esse tema, a crença de que se encontraria uma prevalência de homossexuais entre os pedófilos, inúmeros estudos hoje demonstram que, pelo contrário, a maioria dos pedófilos provavelmente é heterossexual.

Se passarmos pela internet, encontraremos muitos e muitos sites que tratam da pedofilia entre o clero como se ela fosse maior que entre os leigos. Também para muitos a falta de relação entre o celibato e a pedofilia é sempre colocada sob suspeita, bem como fica sob suspeita a falta de prevalência de homossexuais entre as pessoas que sofrem dessa patologia. Não é raro crenças

muito arraigadas resistirem e não cederem ante dados de pesquisas científicas sérias. Como poderíamos compreender isso? Sem pretender esgotar o assunto, eu tenho uma hipótese.

O ato pedofílico é uma traição. A criança é traída em sua confiança no adulto e no mundo adulto. Muitas vezes é traída na ideia que tem, tão básica existencialmente, a respeito da família; são aqueles casos – que provavelmente são a maioria (segundo o UNICEF, em 90% dos casos de violência sexual contra meninas no Brasil o agressor é o pai ou padrasto) – em que o abusador é um membro importante da família (pai, padrasto, irmão, tio...). Nesses casos, também de maneira geral, a mãe também é traída na confiança que tem no parceiro que escolheu para sua vida. Em outros casos, a família é traída; são aquelas histórias em que o abusador é alguém que merecia a confiança da família e frequentava a casa de sua vítima. Amigos, companheiros de trabalho, empregados, e, suma traição!, o representante de Deus. O padre que comete este tipo de traição trai não somente a confiança da família no humano, mas – e pior – trai também a confiança na divindade, a qual, por princípio, representa. Essa é uma traição difícil de perdoar.

Para a imensa maioria das pessoas, o padre não é apenas humano. Concretamente, ele é um ser humano, e como tal deve ser compreendido e acolhido; simbolicamente, ele é o representante de um arquétipo, ele é um sacerdote, portanto, um paradigma. Sua traição é mais traiçoeira – ela é humana e simbólica, ela fere a confiança no humano e a confiança no mistério. Por mais que, estatisticamente, haja tantos padres pedófilos quanto leigos pedófilos, a pedofilia do padre é mais ofensiva e mais lesiva. Por isso é vivida como se fosse mais frequente. Ela não é mais frequente, é mais pungente.

A criança abusada

Se olharmos para a história da humanidade, veremos que durante muito tempo a criança foi tratada como um pequeno adulto; mais tarde, a infância passa a ser vista como fase de preparação para a vida adulta. Isso muda somente no século XX, quando alguns cientistas e alguns educadores se interessam pela infância enquanto tal, quer dizer, seguem e propõem um caminho que busca compreender a criança enquanto criança, não somente como uma fase de preparação para a vida adulta.

Na área da sexualidade, a visão sobre a criança segue caminho paralelo. Segundo Ariès (1981), em grande parte do ocidente, até o século XVII, não se pensava sobre a necessidade de respeito para com e de pudor ante as crianças. Diz Ariès que havia duas razões para isso: “primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança. Segundo, porque ainda

não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojados na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil.”

Segundo Pires (2009), “ainda no final do século XVI, a partir de um movimento de alguns educadores, tanto católicos como protestantes, uma significativa mudança nos costumes começa a ser produzida, sendo implementada durante todo o século XVII, com o emergir da noção de ‘inocência infantil’.” Pires levanta que, até o século XIX, as preocupações com a assistência social às crianças e com a sua saúde eram tão somente no sentido de protegê-las contra a crueldade; é no século XX, especialmente a partir de 1910, que a atuação da área da saúde com as crianças se amplia para a tentativa de diminuir a mortalidade infantil e a delinquência juvenil. Para Pires, “apenas na segunda metade do século XX a relação sexual entre um adulto e uma criança ou adolescente foi julgada e universalizada como abuso sexual. Isso ocorreu nos anos de 1961 e 1962, quando começou a emergir a noção de ‘abuso infantil’, nos EUA, sendo incluído na lista de categorias médicas do *Index medicus*.” Somente anos depois, na década de 1970, “atendendo às reivindicações dos movimentos feministas, o conceito de ‘abuso sexual’ foi ampliado do sentido restrito de relações genitais, passando também a considerar as carícias, a exposição de crianças às intimidades de casais e os jogos sexuais entre irmãos.”

Essa mudança ocorrida na maneira de se lidar com a sexualidade e com as crianças e com a sexualidade das crianças em nossa cultura nos faz conhecer hoje as graves consequências do abuso sexual perpetrado contra crianças. Hoje sabemos que o abuso deixa inúmeras sequelas, algumas delas só superadas com muita dificuldade e com a ajuda de outras pessoas, especialmente profissionais da área da saúde (psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, principalmente).

Ainda que constrangidas, ainda que eventualmente se sentindo culpadas, mesmo quando não têm espaço para denunciar explicitamente o que lhes acontece, as crianças violentadas dão sinais de que algo vai mal. É muito importante que os pais e as escolas estejam atentos a esses sinais. Os sintomas mais comuns, dentre inúmeros outros, são os seguintes: problemas com o sono, inclusive com o aparecimento frequente de pesadelos; tristeza profunda, passividade exagerada ou mesmo depressão; rebaixamento inexplicado da autoestima; confusão e dúvidas com relação à sexualidade, especialmente a orientação sexual, podendo chegar a uma certa exacerbação das questões sexuais; dificuldade para criar ou manter vínculos; um certo embotamento afetivo.

O que fazer, então?

Antes de tudo é preciso ter presente que o abusador, o pedófilo, é uma pessoa doente. A vítima, criança ou adolescente, geralmente se torna doente em função dessa experiência. Ambos, abusador e vítima, merecem e devem ser cuidados, isto é, a primeira alternativa que deve ser oferecida a essas pessoas é um tratamento adequado de suas doenças. Um tratamento sério e bem orientado que lhes possibilite voltar a crescer, o abusador através do amadurecimento e da mudança de objeto sexual, o abusado através da possibilidade de superação da terrível vivência e transformação do sofrimento em sabedoria. Somente alguns poucos abusadores são mais casos judiciais que psicológicos, ao contrário do que pensa o senso comum.

São muitas as ações que podemos tomar diante desse drama, especialmente a família, a vítima, o abusador e a Igreja, além da sociedade como um todo.

Às famílias compete, sobretudo, a busca de um maior espaço para que seus membros possam contar de si sem medo de serem julgados ou rejeitados. No que se refere à sexualidade, já é mais do que hora de transformarmos as questões sexuais em temas de conversas familiares, possibilitando que a sexualidade deixe de ser um silêncio familiar, ou seja, que se possa criar clima de confiança e de respeito dentro da família para que as questões mais íntimas tenham uma acolhida e um espaço cuidadosos, sem evasões ou invasões, o que é difícil, mas possível. A família deve lembrar que o silêncio das crianças e dos adolescentes pode ser tóxico para eles; deve levar sempre em cuidadosa consideração as falas das crianças e dos adolescentes; deve lembrar que crianças e adolescentes que têm pouca presença dos cuidadores acabam por desenvolver carências que as tornam mais vulneráveis aos apelos sedutores dos abusadores. O diálogo é o melhor caminho de prevenção deste tipo de sofrimento.

Às vítimas compete a difícil busca da percepção de que os sofrimentos vividos podem ter algum sentido no todo da vida; compete-lhes lutar e lutar e lutar para tentar suplantar o horror e transformá-lo em crescimento e exemplo; compete-lhes denunciar, sempre que possível, para que os abusadores possam ser tratados ou punidos; compete-lhes, enfim, uma árdua batalha pela recuperação da esperança e pela redescoberta de que sua presença nesse momento e nesse mundo tem sentido e pertinência. Compete-lhes, ainda, compreender que, se existem adultos não confiáveis, também existem aqueles que são dignos de confiança, e estes são maioria.

O abusador deve buscar a consciência de que é uma pessoa que tem uma doença, precisa se lembrar que essa doença tem tratamento, e buscar esse tratamento. Precisa também ter presente que essa patologia não é, a princípio, problema moral, mas, sim, de saúde, e que apenas sua força de vontade não bastará, a não ser muito temporariamente, para livrá-lo de comportamentos tão destrutivos e autodestrutivos. Precisa desenvolver sua capacidade de

empatia, para poder perceber o grande mal que ocasiona a outras pessoas – crianças, pais, sociedade – e vencer o medo de se expor a pessoas confiáveis e pedir ajuda para se tratar. Precisa ter a coragem de vislumbrar um futuro possível, no qual a doença não será mais do que uma triste lembrança e a realidade será a expansão do diálogo com o humano e o divino.

A igreja não deve esconder, mas tratar; não deve transferir de paróquia ou diocese, mas possibilitar ao padre pedófilo o acesso aos mais modernos processos de tratamento. Propiciar-lhes a possibilidade de cura muito mais que tentar compreendê-los apenas do ponto de vista teológico ou moral. Na preparação dos seminaristas, vale para a Igreja tudo o que escrevi para a família, com o acréscimo de que, como já recomendou o Papa, os seminários contem com o suporte de psicólogos, os quais trabalharão para ampliar o autoconhecimento dos seminaristas, ainda o melhor antídoto para o veneno da pedofilia.

À Igreja cabe ainda algo que, me parece, não tem recebido a devida importância: ajudar no cuidado para com as vítimas e suas famílias, efetivamente favorecer ou fornecer apoio na recuperação da saúde para as pessoas lesadas por um representante da Igreja.

A todos compete a busca por ações preventivas, pois, na saúde, é sempre melhor prevenir que remediar, já diz o dito popular. Aqui, as palavras-chave são diálogo, solidariedade, compaixão.

À família, às vítimas, aos abusadores, à Igreja, à sociedade como um todo, compete ter coragem para reconhecer o trágico da existência humana e para lidar com ele de forma a transformá-lo, sempre que possível, em meio de humanização e de esperança.

Referências bibliográficas

- ARIËS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- DSM-IV-TR – Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais. 4ª ed. rev – Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PINTO, Ênio Brito. *Orientação Sexual na Escola: A importância da psicopedagogia nessa nova realidade*. São Paulo: Editora Gente, 1999
- _____. *Sexualidade: Um bate-papo com o psicólogo*. São Paulo: Paulinas, 2002
- PIRES Filho, Moacyr Ferreira. *Abuso Sexual em Meninos: A violência intrafamiliar através do olhar do psicólogo que atende em instituições*. Curitiba: Juruá, 2009
- RODRIGUES Junior, Oswaldo Martins. *Objetos do desejo: Das variações sexuais, perversões e desvios*. São Paulo: Iglu, 2000
- SILVA, Rosa Eliza. *Diagnóstico em Atendimento Psicoterapêutico a Religiosos: Prevalências psicosssexuais*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC/SP, 2008